

Neste sentido, a fim de resguardar o direito de nossos Associados, cumpre destacar que a ABCDI - Associação Brasileira de Clínicas de Diagnóstico por Imagem, em nome do CBR - Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem estará impetrando mandado de segurança coletivo, questionando a exigibilidade da COFINS, diante da hipótese de isenção.

Assevere-se que tal ação visa a proteger o direito de todos os associados, sem prejuízo, das ações judiciais já propostas ou que vierem a ser propostas, por aqueles associados, que preferirem discutir tal exação individualmente.

Outrossim, aconselhamos o depósito judicial do referido tributo em questão, a ser realizado seja nos autos da ação coletiva, seja nos autos da ação individual, a uma porque dessa forma, o contribuinte estará resguardado de eventual autuação, e a duas, pois somente assim, será elidida a retenção.

De tal maneira, posteriormente, para os associados interessados em proceder aos referidos depósitos judiciais nos autos do mandado de segurança coletivo serão enviadas mais informações, quanto ao procedimento a ser adotado.



Impacto do novo valor da COFINS

A Frente Parlamentar de Saúde esteve reunida com o 1º Secretário da AMB, Dr. Aldemir Humberto Soares, para debater o aumento real de 153% por cento da COFINS para o setor de saúde, excluindo hospitais e bancos de sangue que foram beneficiados com a Medida Provisória 164. A reunião serviu como um pedido da entidade aos parlamentares de fazer uma emenda na MP para que todo o segmento de saúde volte a pagar os 3% de contribuição cobrados antes da modificação. A Frente Parlamentar de Saúde comprometeu-se a encaminhar a emenda com a máxima urgência.

CONCLUSÃO

Considerando as razões expostas, temos que:

- sem prejuízo de eventual inconstitucionalidade da Lei nº 10.833/03, com referência a instituição da incidência não-cumulativa destinada à COFINS, deve-se observar, preliminarmente, se tais contribuintes realmente estão sujeitos a esta nova sistemática de recolhimento e apuração;
- dentre as inovações, tornou-se obrigatória a retenção na fonte da COFINS incidente sobre a prestação de determinados serviços, entre eles, a radiologia, por parte do tomador do serviço, toda vez que efetuar pagamento ao prestador, de modo que este não terá qualquer gestão sobre a COFINS incidente sobre a sua receita bruta;
- nesta esteira, este trabalho demonstrou, ainda, as implicações carreadas por esta inovação, em análise conjunta com a plausibilidade do direito das sociedades uniprofissionais em não se sujeitar à incidência da COFINS, corroborada com a Súmula nº 276 do STJ;
- e, neste sentido, restou concluído que os contribuintes que possuem ação judicial e que estão amparados por hipótese de suspensão de exigibilidade do crédito não devem sujeitar-se à retenção; por outro lado, os contribuintes que não possuem ação judicial estão sujeitos à referida retenção, de modo a tornar conveniente, ou necessária, a propositura da competente ação judicial com a conseqüente realização de depósitos judiciais, pois, somente assim elidir-se-á a referida retenção.
- por fim, sem prejuízo de ações judiciais já propostas ou a ser propostas, pelos associados que assim preferirem, a ABCDI estará, oportunamente, impetrando mandado de segurança, questionando a exigibilidade da COFINS, à luz da isenção, destinada às sociedades civis de prestação de serviços regulamentados.

*Dra. Flávia Miyaoka Kurhara é advogada da
Bueno Barbosa Advogados Associados*